



Carlos Alberto Faraco

NORMA CULTA BRASILEIRA

desatando alguns nós

π
Parábola

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Ana Maria Stahl Zilles</i>	
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1: AFINANDO CONCEITOS	31
NORMA	31
<i>A plenitude formal: consequências de seu reconhecimento</i>	36
<i>Uma comunidade, várias normas</i>	37
<i>Alguns exemplos</i>	39
<i>Normas, identidades e contatos</i>	40
NORMA CULTA	43
<i>Os três continua e a linguagem urbana comum</i>	43
<i>Algumas distinções pertinentes</i>	49
<i>O adjetivo ‘culto’ em questão</i>	53
<i>Afinal, quem é o falante “culto”?</i>	57
<i>Norma culta: ainda faz sentido usar esta expressão?</i>	62
<i>Um caso exemplar</i>	63
<i>Há saídas?</i>	69
NORMA CULTA, NORMA-PADRÃO E NORMA GRAMATICAL	71
<i>Norma-padrão: a criação do conceito</i>	72
<i>Norma-padrão no Brasil</i>	78
<i>A norma gramatical contemporânea</i>	80
<i>Norma-padrão: precisamos dela?</i>	83
NORMAS EM CONFLITO	86
<i>Um exemplo</i>	87
<i>Ainda um exemplo</i>	89

NORMA CURTA.....	91
<i>Denunciando a norma curta</i>	94
<i>Não confundir preferência com obrigatoriedade</i>	98
AUTORIDADE EM LÍNGUA	100
<i>E a Academia Brasileira de Letras?</i>	101
<i>A língua é maior que o impulso autoritário da norma curta.</i> ..	102
<i>Superando esse imbróglio</i>	103
CAPÍTULO2: A QUESTÃO DA LÍNGUA: REVISITANDO ALENCAR, MACHADO DE ASSIS E CERCANIAS	107
CAPÍTULO3: A QUESTÃO GRAMATICAL E O ENSINO DO PORTUGUÊS	129
INTRODUÇÃO	129
BREVE HISTÓRICO DA GRAMÁTICA	130
<i>Criação da gramática</i>	130
<i>A gramática em Roma</i>	137
<i>A gramática no mundo medieval</i>	139
<i>A gramática das línguas modernas</i>	141
<i>Fixando um padrão de língua: dois caminhos</i>	143
<i>O modelo pedagógico medieval</i>	146
<i>O Brasil entra nessa história</i>	148
PESQUISANDO A NORMA CULTA/COMUM/STANDARD BRASILEIRA	153
ENFRENTANDO A CRISE DO ENSINO	155
ENSINAR GRAMÁTICA?	158
CAPÍTULO4: POR UMA PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	163
LINGUÍSTICA E ENSINO	163
O LINGUÍSTICO E O SOCIOLINGUÍSTICO	165
VARIEDADES CULTAS E ENSINO	167
VARIEDADES CULTAS E NORMA-PADRÃO	170
ESCOLA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	176
CAPÍTULO5: O ENSINO DE PORTUGUÊS NO BRASIL: ALGUNS PARADOXOS E DESAFIOS	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
ÍNDICE DE NOMES	203

APRESENTAÇÃO

O nome de Carlos Alberto Faraco está ligado a uma extensa e intensa produção na área dos estudos da linguagem. Seus livros e artigos têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento de uma compreensão histórica e socialmente situada da(s) língua(s) no Brasil, bem como, num plano mais abstrato, das línguas em geral. Seu trabalho é iluminado por teorias que expõe com clareza, que analisa com lucidez e que enriquece com sua prática reflexiva. Além disso, está sempre atento às questões de linguística aplicada, particularmente as de ensino-aprendizagem da língua materna em nosso país, e, mais recentemente, tem se dedicado a discutir os grandes impasses de política linguística no Brasil. Suas publicações oferecem amplas oportunidades de reflexão linguística a múltiplos públicos leitores, sejam eles estudantes de ensino médio ou universitários, professores de língua ou em formação, linguistas e, certamente, escritores, jornalistas e todos os interessados em questões de linguagem.

A grande aceitação de sua obra pode ser avaliada, por exemplo, pelo fato de que seus livros têm sido reeditados com frequência, num país em que (ainda) pouco se lê. As inúmeras contribuições ministrando palestras, cursos e mesas-redondas, participando de entrevistas e produzindo artigos para a mídia, realizando programas de TV e outras atividades, também são indicadores do quanto sua produção estrita-

mente acadêmica e suas obras para o grande público são valorizadas e respeitadas. Assim, é um desafio e uma grande honra escrever a apresentação desta sua obra.

Este livro é sobre norma. Norma linguística. Um assunto que está em pauta, já que tem recebido bastante atenção dos linguistas, particularmente neste início do século XXI, com publicações como as excelentes antologias *Norma linguística* e *Linguística da norma*, organizadas por Marcos Bagno (2001 e 2002). Aliás, Faraco está entre os autores aí reunidos, ao lado de grandes nomes nacionais e internacionais que se dedicaram a estudar essa questão. Entre as muitas outras publicações sobre o tema, lembramos ainda, por seu impacto, os livros de Britto (1997) e Bagno (2003). Além disso, há inúmeras referências ao tema na internet, merecendo destaque, a título de exemplo, o *site* do Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz, que conta com a acurada contribuição de Ataliba de Castilho. Por fim, as próprias referências bibliográficas deste livro de Faraco darão ao leitor muitas outras indicações, de modo que esta lista não será mais estendida.

Com tantas publicações recentes como as mencionadas, será que precisamos de mais um livro sobre norma linguística? Será que essa questão já não foi tratada adequada e suficientemente? A pertinência e a magnitude da contribuição dos textos já publicados são notórias e indiscutíveis. Entretanto, pelo que se lê na mídia; pelo que se ouve nas salas de professores, nas salas de aula e nas reuniões de professores, em qualquer nível de ensino; pelo que dizem ou escrevem alguns de nossos grandes escritores e pelas conversas sobre língua em qualquer instância da vida social, conclui-se que domina o cenário nacional um ideário conservador, elitista e excludente sobre língua, norma, gramática, variação e mudança, português rural, popular ou caipira, e outros tópicos relacionados. Desse modo, é preciso reconhecer que há, ainda, muito trabalho analítico e político a fazer diante dessa postura muito discutível, que privilegia uma variedade de língua sobre as demais, sem levar em conta se esta variedade representa uma escolha adequada para a sociedade brasileira como um todo, e não apenas para a classe dominante. O ônus dessa postura está também em estigmatizar os falantes que não dominam essa variedade e

em impô-la como a língua legítima da escola, entre outras violências simbólicas. Portanto, não hesito em dizer que a publicação deste livro é não só oportuna, mas também necessária. Senão por outras razões, por colocar entre parênteses, fenomenologicamente, os conceitos de *norma*, *norma culta*, *norma-padrão* e *norma gramatical*, e assim revelar o enredo de sobreposições e incoerências, anacronismos e preconceitos envolvidos nos usos que delas fazemos.

Podemos dizer que a edição desta obra intitulada *Norma culta brasileira: desatando alguns nós* constitui um importante marco nos estudos da linguagem no Brasil pela pertinência, consistência, relevância e profundidade da reflexão desenvolvida pelo autor. Nela estão reunidos — e substancialmente revistos — diversos textos anteriormente publicados, o que, por si só, já seria um empreendimento de grande valor, dada a vantagem de oferecer ao leitor, num único livro, um conjunto de materiais essenciais, antes esparsos. Mas isso não é tudo. Talvez nem seja o mais importante. A articulação dos textos, agora reescritos como capítulos de uma única obra, constrói um quadro coerente das principais questões e dos múltiplos aportes teóricos atinentes ao tratamento do tema.

A obra é constituída de uma introdução e cinco capítulos. A introdução é realmente exemplar: o autor nos apresenta os objetivos teóricos e aplicados, a delimitação do tema, a abordagem metodológica adotada, as justificativas teóricas e práticas para o empreendimento, a estrutura do livro, as principais características e funções de cada capítulo e o caráter político do tratamento dado ao tema. Além do mais, fica posta sua intenção de convocar ou, mesmo, provocar um debate nacional consistente sobre os problemas decorrentes da imposição, no século XIX, de um modelo de língua no Brasil dissociado dos usos aqui correntes. É impossível ler esta obra sem nos perguntar se devemos continuar mantendo esse fosso entre o modo como falamos e a língua modelar!

Essa entidade que acabamos de chamar de *modelar* corresponde ao conceito de língua legítima, de Bourdieu (1998: 48), transcrito a seguir por sua sintonia com a reflexão desenvolvida por Faraco:

[...] a língua legítima é uma língua semiartificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. Por intermédio de seus gramáticos, responsáveis pela fixação e codificação do uso legítimo, e de seus mestres que impõem e inculcam tal uso através de inúmeras ações corretivas, o sistema escolar tende (nesta e em outras matérias) a produzir a necessidade de seus próprios serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção.

Os capítulos do livro de Faraco mostram sobejamente como esses processos de fixação, codificação e, principalmente, de correção são extremamente eficientes no contexto brasileiro, especialmente em nossas escolas. Também como diz Bourdieu (1998: 50), as escolas são muito mais eficientes em ensinar que existe a língua legítima (seu *reconhecimento*) do que em ensinar a usar tal língua (seu *conhecimento*). Nas palavras de Faraco, esse processo de fixação de uma língua modelar, de uma *norma-padrão* para o Brasil esteve associado ao projeto político de nação do século XIX e continua servindo aos interesses da classe dominante. No capítulo 4, por exemplo, lê-se o que segue:

Em geral, a fixação de um certo padrão responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa (como “ameaçadora de uma certa ordem”). Foi esse o caso do Brasil no século XIX, em que uma certa elite letrada, diante das variedades populares (em particular do que se veio a chamar pejorativamente de ‘pretoguês’) e face a um complexo jogo ideológico (em boa parte assentado em seu projeto de construir um país branco e europeizado) trabalhou pela fixação de uma norma-padrão.

Essa norma, no entanto, profundamente dissociada das variedades cultas efetivamente praticadas no Brasil, nunca se tornou de fato funcional. No entanto, tem servido, por mais de um século, de instrumento de violência simbólica e discriminação sociocultural. (p. 174).

Assim, ao ler este livro que agora se publica, compreendemos por que o exercício constante da *correção* é essencial para que a imposição dessa norma-padrão possa ser realimentada e mantida. Por sorte, porém, aí encontramos também considerações sobre como podemos buscar um caminho diferente para a educação linguística brasilei-

ra, um caminho que, no mínimo, dê condições a todos os alunos de se tornarem, de fato, leitores. Por isso, nos capítulos 4 (“Por uma pedagogia da variação linguística”) e 5 (“O ensino de português no Brasil: alguns paradoxos e desafios”), Faraco focaliza e questiona detidamente as relações entre o trabalho escolar e os conceitos de língua, variação e mudança, norma e gramática.

Dada a postura não só investigativa e crítica, mas também combativa do autor, que transparece na introdução e nos cinco capítulos que se seguem, sua leitura cria uma oportunidade ímpar de avaliar mais adequadamente a realidade linguística do país. O livro apresenta ferramentas teóricas e argumentos em abundância para sustentar a proposta de Faraco no sentido da realização desse amplo debate nacional sobre *norma* e questões relacionadas. Trata-se, pois, de um livro que instiga seus leitores a tornarem-se sujeitos (mais) conscientes da história linguística do país e mais atentos à política linguística preconceituosa e excludente que tem se perpetuado nesta sociedade. Instiga também os leitores-professores, os leitores-pais e os leitores-alunos a participar ativa e responsavelmente na construção de uma nova pedagogia da língua, a *pedagogia da variação*, caracterizada pelo autor de forma concisa e irretocável no capítulo 4:

[...] nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítico à variação social do português); não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/*standard* no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação.

Mas, acima de tudo, uma pedagogia que sensibilize as crianças e os jovens para a variação, de tal modo que possamos combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença linguística (p. 180).

Esse movimento na direção da reflexão pedagógica é perfeitamente coerente com a própria trajetória acadêmica, o desenvolvimento profissio-